

Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Progresso Físico do Projeto/Ação/Programa (% de execução ou marcos)	Orçamento Inicial 2025 (se houver)	Orçamento Final 2025 (se houver)	Despesa Realizada 2025 (se houver)	Execução Orçamentária 2025 (se houver)	Custo Total do Projeto/Ação/Programa (se houver)	Despesa Realizada até 31/12/2025 (se houver)	Progressos Financeiro do Projeto/Ação?Programa (% execução , se houver)	Observação
Contratar Temporariamente Profissionais de TI.	Designar temporariamente 43 profissionais de tecnologia da informação para exercerem atividades técnicas especializadas não finalísticas e não permanentes do TJES e formar cadastro de reservas.	Inovação; Segurança de projetos; transformação digital e atuação estratégica e colaborativa.	42,85%	R\$ 3.308.000,00	R\$ 3.931.997,97	R\$ 3.931.997,97	100%	R\$ 14.614.835,61	R\$ 4.054.436,05	27,74%	-
Realizar Concurso Público para Ingresso na Atividade Notarial e de Registro.	Prover de 97 vagas de serventias extrajudiciais de atividade notarial e de registro e Realizar a remoção de 48 vagas.	Realização de todas as etapas do concurso.	30,00%	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	100%	R\$ 2.485.500,00	R\$ 2.485.500,00	100,00%	Ao final de 2025 a despesa se apresentou empenhada na totalidade do contrato, em que pese a realização de apenas a 1ª etapa do concurso (parte do empenho será anulado no início de 2026 e realizado novo empenho).
Realizar Concurso Público para Ingresso na Magistratura.	Provisionamento de cargos magistratura.	Realização de todas as etapas do concurso.	80,00%	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 481.399,00	96%	R\$ 2.406.995,00	R\$ 2.406.995,00	100,00%	Ao final de 2025 a despesa se apresentou empenhada na totalidade do contrato, em que pese a realização de 80% das etapas do concurso (parte do empenho será anulado no início de 2026 e realizado novo empenho).
Contratar Serviços de Recepção e Atendimento.	Compor quadro de pessoas para prestação de serviços de recepção e atendimento no Poder Judiciário, por meio de mão de obra terceirizada.	Atendimento eficiente, cordial e seguro a todos os usuários do Poder Judiciário. Registro adequado de fluxos de visitantes e comunicações internas. Garantia de dedicação exclusiva de mão de obra, assegurando continuidade, qualidade e padronização dos serviços prestados.	75,00%	R\$ 0,00	R\$ 1.735.621,68	R\$ 1.419.739,83	82%	R\$ 1.892.986,44	R\$ 1.419.739,83	75,00%	Não haverá prorrogação deste contrato, visto que já está em andamento nova contratação com quantidade maior de funcionários.
Equipar o PJES com Mobiliários sob Medida.	Atender as necessidades de fornecimento e instalação de mobiliário sob medida.	Móveis sob medida para atender as necessidades do Edifício Sede do Tribunal de Justiça.	100,00%	R\$ 0,00	R\$ 405.755,52	R\$ 378.755,52	93,35%	R\$ 378.755,52	R\$ 378.755,52	100,00%	-
Equipar o PJES com Divisória, Piso Forro.	Atender as necessidades de fornecimento e instalação de divisórias, forro de fibra mineral, drywall e piso vinílico.	Fornecimento e instalação de divisórias, forro de fibra mineral, drywall e piso vinílico, conforme demanda.	100,00%	R\$ 2.728.500,00	R\$ 3.758.765,59	R\$ 3.443.711,97	91,62%	R\$ 9.267.873,69	R\$ 9.267.873,69	100,00%	-
Climatizar o Pleno e a Biblioteca do TJ e a Central Multidisciplinar do Fórum de Vila Velha.	Adequar aos novos layouts o sistema de climatização do Salão Pleno Biblioteca e Mini auditório localizados no prédio Sede do TJES e do Fórum de Boa Vista.	Fornecimento e instalação de equipamentos no salão pleno, biblioteca e miniauditório do TJES e sua manutenção por 1 (um) ano. Fornecimento e instalação de equipamentos, da nova linha de climatização e das válvulas de serviço no sistema de climatização do Fórum de Boa vista e sua manutenção por 1 (um) ano.	80%: climatização no TJ. 70%: climatização de Boa Vista (dependendo de pequenos acertos e manutenção periódica).	R\$ 1.347.792,00	R\$ 1.347.792,00	R\$ 1.228.956,44	91,18%	R\$ 1.978.076,14	R\$ 1.810.417,95	91,52%	Projeto foi iniciado em 2024, seguiu em execução em 2025 e avançará para o exercício de 2026. Neste contrato está contemplado a execução dos sistemas de climatização e também a manutenção dos sistemas instalados, pelo prazo de 1 ano.

Garantir a Segurança do Muro do Fórum Comarca de Guarapari.	Elaborar laudo técnico, projeto executivo de contenção de talude dos fundos e lateral do terreno, e planilha orçamentária do Fórum da comarca de Guarapari.	Projetos e planilhas referentes a contenção de talude no Forum de Guarapari.	0,00%	R\$ 40.000,00	R\$ 32.228,18	R\$ 12.118,56	37,60%	R\$ 47.108,56	R\$ 47.108,56	100,00%	O Contrato foi encerrado, pois a empresa alegou impossibilidade de execução contratual por questões financeiras. O empenho da despesa será cancelado no início de 2026.
Elaborar Projetos e Fiscalizar Obras (CBR).	Elaborar projetos de engenharia e arquitetura (um ou mais projetos concomitantes, de uma ou mais disciplinas).	Elaboração de projetos de arquitetura e complementares.	5% (relativos aos projetos planejados para 2025. Foi recebido apenas Estudo Técnico Preliminar da comarca de Nova Venécia).	R\$ 1.409.999,00	R\$ 1.409.999,00	R\$ 219.461,14	15,56%	R\$ 1.382.985,54	R\$ 219.461,14	15,87%	-
Reformar o Salão Pleno.	Executar projetos e Realizar obra de reforma completa do salão do Tribunal Pleno, incluindo o fornecimento e instalação de equipamentos de automação e multimídia, treinamento e prestação de serviços de manutenção.	Projetos e obra de reforma do Salão do Pleno em toda a sua parte civil, além da implementação de equipamentos multimídias.	99,90%	R\$ 0,00	R\$ 6.907.042,21	R\$ 6.900.000,00	99,90%	R\$ 6.900.000,00	R\$ 6.900.000,00	100,00%	Em fase de ajustes e complementações físicas.
Garantir o Fornecimento e a Instalação de Aparelhos de Ar Condicionado Split para todo Estado.	Fornecer e Instalar aparelhos de ar condicionado do tipo split, sob demanda, para as edificações do Poder Judiciário do Espírito Santo.	Fornecimento e instalação de ar condicionado do tipo split.	56,00%	R\$ 0,00	R\$ 390.000,00	R\$ 261.423,51	67,03%	R\$ 468.908,33	R\$ 261.423,51	55,75%	-
Devolver o Edifício Jerônimo Monteiro (imóvel) à União.	Devolver o imóvel Ed. Jerônimo Monteiro, até então cedido pela SPU ao Tribunal de Justiça.	Devolução Imóvel Ed. Jerônimo Monteiro.	100,00%	R\$ 0,00	R\$ 1.687.140,00	R\$ 1.687.139,37	100,00%	R\$ 1.687.139,37	R\$ 1.687.139,37	100,00%	-
Desenvolver o SIGEX - Módulos CID Sistema de Gestão das Serventias Extrajudiciais do PJES.	Desenvolver e Implementar Novos Módulos para a Gestão das Serventias Extrajudiciais (correição, inspeção e suscitação de dúvidas), Aprimoramento da supervisão, eficiência e conformidade legal das serventias extrajudiciais.	Implementação de novos módulos: modernização tecnológica, capacitação de RH e participação em prêmios de inovação.	72,59%	R\$ 0,00	R\$ 651.600,00	R\$ 651.600,00	100,00%	R\$ 1.433.883,96	R\$ 1.040.883,96	72,59%	-
Sanear Dados de TI.	Saneamento de Dados do PJES Wisia.	Diagnóstico Analítico Negocial; Trilhas de Capacitação em Governança de Dados e Gestão Estratégica de Metas a partir de dados dos sistemas do TJES, do CNJ e sua consolidação; Implementação da Estratégia de Melhoria dos Índices do Prêmio CNJ/2025 e Qualidade de Dados; Implementações de correções e Saneamento de Dados Integradas ao PJe; Integração e Consistência com DataJud e Aplicação de Centralização de Dados (RUDIS - Real-time Unified Data Information Store) e Automação e Monitoramento.	60,30%	R\$ 0,00	R\$ 2.498.262,96	R\$ 2.201.520,00	88,12%	R\$ 3.492.744,80	R\$ 2.201.520,00	63,03%	-
Adquirir licenças e Contratar Serviços Oficiais de Manutenção para Softwares.	Atualização Solução de Gestão de Identidade - OpenText.	Atualização dos softwares e expansão da solução de gestão de identidade para todo PJES.	99,00%	R\$ 0,00	R\$ 7.606.679,36	R\$ 7.199.264,65	94,64%	R\$ 7.199.264,65	R\$ 7.199.264,65	100,00%	-
Contratar serviços de implantação, customização, integração, manutenção, treinamento, consultoria e suporte do módulo Gestão de Folha de Pagamento e Recursos Humanos do sistema.	Implantar, treinar, e fornecer infraestrutura em nuvem laas customização, manutenção e suporte do sistema GRP Thema - módulo ADMRH.	Alcance de efetiva integração e disponibilização de informações relacionadas à gestão de pessoas.	60,00%	R\$ 0,00	R\$ 2.161.095,00	R\$ 2.085.519,22	76,00%	R\$ 4.149.000,00	R\$ 2.085.519,22	50,27%	Dos itens da contratação, somente os itens 1 e 4 (33904035) e item 2 (33904048) são classificados como projeto, os demais são atividade.

Adquirir Desktops, Notebooks, Leitores de Mídia e Nobreaks.	Apoiar as atividades jurisdicionais.	Substituição dos equipamentos obsoletos; Atendimento dos setores onde há necessidade por novos equipamentos; Substituição de equipamentos fora da garantia cuja manutenção se torne onerosa; Diminuição do número de falhas.	100,00%	R\$ 0,00	R\$ 203.040,00	R\$ 203.040,00	100,00%	R\$ 203.040,00	R\$ 203.040,00	100,00%	-
Adquirir Desktops, Notebooks, Leitores de Mídia e Nobreaks.	Apoiar as atividades jurisdicionais.	Substituição dos equipamentos obsoletos; Atendimento dos setores onde há necessidade por novos equipamentos; Substituição de equipamentos fora da garantia cuja manutenção se torne onerosa; Diminuição do número de falhas.	100,00%	R\$ 0,00	R\$ 176.799,50	R\$ 176.799,50	100,00%	R\$ 176.799,50	R\$ 176.799,50	100,00%	-
Adquirir Software para gestão do PROMOUJES/BID.	Contratar subscrição de licenças de uso de software para Gestão de Recursos oriundos de financiamentos externo (versão atualizada).	Controle dos recursos alocados nos projetos advindos de recursos externos; Lastreamento e melhoria das decisões; Mudanças e previsões, auditorias na gestão dos projetos em rotinas; Transparência e compreensão sobre os projetos das mais variadas áreas e seu relacionamento com os serviços pré-existentes; Ampliação da capacidade de prestação de serviços suportados pela TI, atendendo às novas demandas e políticas definidas pelo PJES; Ciclo mais rápido de inovação; Modernização da metodologia de gestão; Capacidade de gerir outros projetos de alta complexidade com recursos humanos próprios.	24,19%	R\$ 600.000,00	R\$ 655.544,00	R\$ 167.722,06	25,59%	R\$ 664.740,00	R\$ 167.722,06	25,23%	-
Digitalizar Processos.	Executar tratamento documental do acervo de documentos do PJES, incluindo atividades de higienização, preparação, digitalização de documentos, tratamento de imagens, indexação de documentos com reconhecimento ótico de caracteres (OCR), com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de toda a infraestrutura tecnológica.	100% dos arquivos digitalizados, acervo permanente.	40,00%	R\$ 21.219.186,00	R\$ 22.444.245,00	R\$ 21.447.918,38	95,56%	R\$ 157.000.000,00	R\$ 58.129.528,54	37,03%	-
Adquirir Veículo.	Adquirir 01 (um) veículo do tipo caminhão leve.	Entrega do Caminhão.	100,00%	R\$ 300.000,00	R\$ 310.000,00	R\$ 310.000,00	100,00%	R\$ 310.000,00	R\$ 310.000,00	100,00%	-
Adquirir Veículo.	Adquirir 05 (cinco) veículos blindados novos (zero quilometro), modelo sedan médio, para atender as necessidades de segurança da Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Entrega dos veículos.	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 1.322.664,00	R\$ 1.300.996,65	98,36%	R\$ 1.300.996,65	R\$ 1.300.996,65	100,00%	A empresa contratada solicitou prorrogação do prazo de entrega, tendo em vista que a fábrica dos veículos foi destruída por um ciclone, parando a produção de 100% da frota. O empenho da despesa foi completo (Restos a Pagar).

Custear Projetos de Modernização do PJES - Financiamento Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (detalhamento ao final da planilha)*.	Desenvolver o Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo PROMOJUES. Trata-se de um conjunto de ações planejadas e coordenadas de aperfeiçoamento dos instrumentos de governança institucional, de transformação digital e de gestão estratégica visando elevar a eficiência do Poder Judiciário capixaba e ampliar o acesso à justiça.	Componente 1: i) Ações de melhoria do atendimento à população implementadas; ii) Programa ampliado de acesso à justiça (incluindo acessibilidade p/ pessoas com deficiência em infraestrutura física e digital); iii) Soluções tecnológicas e de inteligência artificial p/ melhorar o acesso à justiça desenvolvidas; iv) Políticas e ações p/ melhorar a prestação de contas implantadas; v) Ações de justiça ambiental instituídas; vi) Ações de acesso à justiça com perspectiva de gênero desenvolvidas; vii) Mecanismos de apoio à política de mediação de conflitos; Componente 2: i) Modelo de fortalecimento da governança, contemplando perspectivas de gênero e diversidade; ii) Plano de Gestão da Mudança implementado; iii) Política de privacidade e segurança das informações implementada (incluindo SOC); iv) Sistemas admin. integrados (solução de planej. de recursos – Enterprise Resource Planning) v) Mecanismos de monitoramento de dados judiciais e admin. implantados; vi) Infraestrutura tecnológica modernizada; vii) Arquitetura corporativa definida; viii) Ambiente de tecnologia em nuvem implementado; ix) Soluções tecnologia e de inteligência artificial p/ aprimorar os serviços jurisd. implementados; x) Processos físicos digitalizados; xi) Ações para a adoção de tecnologias verdes implementadas.	5,00%	R\$ 20.695.250,00	R\$ 20.695.250,00	R\$ 10.798.156,60	52,18%	R\$ 220.625.000,00	R\$ 10.798.156,60	4,89%	-
Adquirir Sistema de Videowall.	Aprimorar a comunicação, a eficiência e a qualidade das apresentações e deliberações realizadas.	Aquisição do sistema.	100,00%	R\$ 0,00	R\$ 973.299,60	R\$ 110.997,00	11,40%	R\$ 110.997,00	R\$ 110.997,00	100,00%	-
Expandir o Sistema de Monitoramento por Câmeras.	Elaborar projetos executivos de sistema de videomonitoramento (CFTV) para os prédios do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Elaboração dos projetos.	35,00%	R\$ 2.000.000,00	R\$ 349.211,40	R\$ 349.211,40	100,00%	R\$ 349.211,40	R\$ 349.211,40	100,00%	Parte do empenho da despesa será anulado no início de 2026, já que os serviços só foram executados em parte (novo empenho será realizado no ano de 2026).
Adquirir Equipamentos de Sinalização e Segurança.	Adquirir equipamentos de sinalização para uso nos estacionamentos dos prédios do PJES, com o objetivo de promover a organização do fluxo de veículos e pedestres, garantir a segurança nas áreas comuns e atender às normas de acessibilidade e segurança do trabalho. Os equipamentos serão utilizados para demarcação de áreas específicas, controle de acesso, orientação de circulação interna e sinalização de locais temporariamente interditados, contribuindo para a prevenção de acidentes e o ordenamento do espaço.	Entrega dos equipamentos.	100,00%	R\$ 300.000,00	R\$ 225.500,00	R\$ 79.193,30	35,12%	R\$ 79.193,30	R\$ 79.193,30	100,00%	-
Adquirir Insumos para Confeção de Cartões do Programa e-crachá.	Fornecer crachás para todos os funcionários do PJES: magistrados, servidores e estagiários. Garantindo assim que todos aqueles que trabalham nas unidades jurisdicionais portarão seu crachá de identificação.	Entrega dos equipamentos.	100,00%	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 8.920,00	44,60%	R\$ 8.920,00	R\$ 8.920,00	100,00%	-
Renovar os equipamentos fotográficos utilizados pela Assessoria de Imprensa e Comunicação.	Adquirir 02 câmeras fotográficas, 02 lentes, 04 baterias e 02 flashes para câmera fotográfica.	Entrega dos equipamentos.	0,00%	R\$ 320.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 45.636,50	38,03%	R\$ 45.636,50	R\$ 45.636,50	100,00%	Projeto Não Realizado/Adiado. O empenho da despesa será totalmente anulado no início de 2026.
Implantar Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial SAREF.	Implantar o sistema de apresentação remota e reconhecimento facial para reeducandos em regime aberto e livramento condicional.	Implantar o sistema em todas as Comarcas do Estado.	Projeto concluído.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-

Implantar projeto "Liberdade responsável".	Estabelecer diretrizes e procedimentos para regulamentação da harmonização do regime semiaberto de pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena.	Projeto piloto com grupo de 50 apenados.	Projeto em fase de formalização institucional.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	A meta é formalizar e expandir o projeto.
Implantar o Núcleo de Audiência de Custódia em Sede Provisória.	Estruturar e regularizar o Núcleo de Audiência de Custódia (mudança do Complexo Penitenciário do Município de Viana).	Implantação de Sede Provisória.	Projeto concluído.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Implantar o Juízo de Garantias.	Zelar pela legalidade dos atos e pela proteção dos direitos fundamentais do investigado na área criminal.	Implementação em todo o Estado.	Projeto concluído.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Implantar Modelo de Atuação do Monitoramento Eletrônico.	Apresentar o modelo de funcionamento do monitoramento eletrônico aos magistrados, bem como conscientizar sobre o seu uso e informar sobre os prestadores do serviço.	Apresentação a todos os magistrados criminais do Estado.	Projeto concluído.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Realizar Mutirão Processual.	Realizar mutirão processual nas varas criminais e de Execuções Penais.	Saneamento de inconsistências apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça.	Projeto concluído.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Reestruturar os Cejusc.	Regionalizar os Cejusc do Estado visando a otimização da estrutura administrativa e a distribuição de recursos humanos dos Cejusc a fim de ampliar o acesso da população aos métodos autocompositivos.	Ampliação para atendimento nos 28 (vinte e oito) PIDs; Gestão das Pautas concentradas e atuação dos mediadores e conciliadores judiciais disponíveis; Redistribuição de força de trabalho.	10,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Despesas agregadas às ações orçamentárias gerais de pessoal e custeio.
Instituir a Remuneração dos Servidores Efetivos do PJES como Mediadores e Conciliadores Judiciais	Criar funções gratificadas de mediador e conciliador judicial.	Ampliação do número de sessões de mediação e conciliação no PJES.	10,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Estruturar Nupemec e Cejusc.	Propor Alteração de Lei para estruturar o NUPEMEC e CEJUSCs do Estado (cumprimento integral das Resoluções do CNJ nº 125/10 e 219/16).	Elaborar estudo propondo transformar CEJUSC em Unidade Judiciária, aumentando o número de servidores e criando cargos de chefia e Assessoramento. Com a publicação da Res.083/24 de 19/07/24, parte do projeto foi atendido com a remuneração do magistrado, como Coordenador de Cejusc.	10,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Aderir a Projetos de Cidadania de Vitória e Serra.	Intensificar e diversificar o papel de cidadania dos Cejusc.	Foi realizada divulgação do trabalho dos Cejusc, captações de casos pré-processuais e promovidas sessões para buscar solução para processuais, sendo que expandimos de 06 (seis) eventos em 2024 e 15 (quinze) em 2025. Do total de eventos em 2025, 10 estão relacionados à Ação de Cidadania e 5 à Justiça Comunitária, totalizando 850 atendimentos, 250 sessões que resultaram 249 acordos (99% de eficácia) e R\$ 3 milhões em valores transacionados.	70,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Despesas agregadas às ações orçamentárias gerais de pessoal e custeio.
Realizar 2º Processo Seletivo para vagas de Mediadores e Conciliadores Judiciais.	Designar mediadores e conciliadores judiciais externos.	Fortalecer a política pública com o objetivo de manter a qualidade e continuidade do serviço prestado por profissionais sem vínculo com o Poder Judiciário do ES. 17 candidatos figuram na lista de remunerados.	100,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Não houve despesa pois todo o processo seletivo foi realizado por banca examinadora formada por magistrados voluntários e equipe do Nupemec.
Realizar 3º Processo Seletivo para vagas de Mediadores e Conciliadores Judiciais.	Designar mediadores e conciliadores judiciais externos.	Fortalecer a política pública com o objetivo de manter a qualidade e continuidade do serviço prestado por profissionais sem vínculo com o Poder Judiciário do ES. 38 candidatos figuram na lista de remunerados.	100,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Não houve despesa pois todo o processo seletivo foi realizado por banca examinadora formada por magistrados voluntários e equipe do Nupemec.

Ampliar a atuação do Tema "Saúde" no Cejusc Unificado.	Atender a Grande Vitória com foco em fornecimento de medicamentos, serviços e insumos correlato no âmbito da assistência básica de saúde.	Parceria com Comitê Estadual do Espírito Santo, Fórum Nacional da Saúde e do Conselho Nacional de Justiça. Atendimento pré-processual ao cidadão para solicitação de medicamentos e fraldas, evitando a judicialização e o pronto atendimento ao cidadão da região da Grande Vitória/ Firmado convênio com Município de Vila Velha em junho 2024.	60,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Cejusc Saúde instalado através do Ato Normativo nº 128/25 de 21/06/2024.
Desenvolver a Cooperação Técnica com grandes litigantes, em parceria com Coordenadoria dos Juizados Especiais.	Abrir canal de comunicação para atendimento pré-processual e participação ativas no eventos do PJES, oferecendo propostas, possibilitando um maior número de acordos e a consequente finalização dos processos.	Realizar eventos temáticos e pautas periódicas.	100,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Despesas agregadas às ações orçamentárias gerais de pessoal e custeio.
Realizar Curso de formação e aperfeiçoamento de instrutores em mediação e conciliação judiciais.	Formar novos instrutores e recertificar instrutores já formados, conforme regras do CNJ.	Etapa teórica realizada de 26 a 30/08/24, com devolutiva das instrutoras aos participantes e etapa prática para os alunos em formação; deverá ser finalizada em 2(dois) anos.	70,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Realizar Sessões Assíncronas em Parceria com a Plataforma MOL.	Realizar pautas concentradas. Realizar pautas temáticas assíncronas, com a autorização do juiz titular, sem onerar o fluxo de trabalho de sua equipe.	Conciliação e mediação online; negociação assíncrona ; intimação via whatsapp e e-mail. Estreitamento de parcerias com grandes litigantes.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	As remunerações dos mediadores e conciliadores são ações continuadas.
Desenvolver a Cooperação entre Poder Judiciário, Ministério Público e Secretaria de Segurança do Estado, Secretaria de Estado da Justiça e Secretaria de Estado das Mulheres.	Monitorar autores de violência doméstica.	Promover ações coordenadas entre os integrantes para gestão, avaliação e fiscalização da monitoração eletrônica de autores de violência doméstica e familiar contra a mulher e dos dispositivos de segurança disponibilizados.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Desenvolver a Cooperação entre o Poder Judiciário com Tribunal Regional do Trabalho e a Justiça Federal.	Levar cidadania e acesso à Justiça para a população, durante ação do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha.	Visita a 9 municípios do Estado, com a prestação de serviços de atendimento pelos cooperados, com fins de aproximar a Justiça da população,	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Desenvolver o Plano de Gestão de Acessibilidade dos Imóveis do PJES.	Identificar os imóveis segundo as normas de acessibilidade vigentes a fim de categorizá-los conforme as intervenções necessárias.	Planejamento de execução de intervenções, bem como a priorização conforme a disponibilidade financeira e orçamentária e o devido alinhamento estratégico da Administração.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Instalar Máquinas Retorna Machine.	Coletar embalagens pós consumo (plástico, vidro, alumínio, aço e embalagens longa vida) em troca de pontos de benefícios.	Instalar máquinas em outros Fóruns e Prédios do PJES.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Despesa do projeto vinculada às contas de consumo de energia.
Realizar Ação anual para cumprimento da META 10 CNJ – Justiça Estadual: Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.	Monitorar e realizar interlocução com os juízos para cumprimento da META 10 – CNJ.	Dar efetiva gestão da unidade judiciária com o devido acompanhamento mediante a aferição do atingimento da META 10, em cada unidade individualmente, garantindo, assim, a promoção dos direitos das crianças e adolescentes.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Realizar Ação que visa envidar os esforços necessários para estabelecer, entre as instituições signatárias, uma cooperação interinstitucional voltada ao desenvolvimento de ações conjuntas, visando ao levantamento das medidas provisórias outorgadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil a respeito da Unidade de Internação Socioeducativa do Estado do Espírito Santo (UNIS).	Assegurar o cumprimento do Protocolo de Intenções nº 03/2023 CNJ.	Assegurar os esforços necessários para estabelecer, entre as instituições signatárias, uma cooperação interinstitucional voltada ao desenvolvimento de ações conjuntas, visando ao levantamento das medidas provisórias outorgadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil a respeito da Unidade de Internação Socioeducativa do Estado do Espírito Santo (UNIS).	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-

Instituir e regulamentar, no âmbito do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Grupo de Trabalho Interinstitucional de cooperação para fortalecimento e qualificação dos fluxos e procedimentos de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes contra adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Espírito Santo.	Cooperar para o fortalecimento e a qualificação dos fluxos e procedimentos de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes contra adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Espírito Santo.	Qualificar os fluxos e processos de prevenção e combate à tortura e maus-tratos contra adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no estado do Espírito Santo.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Canal de comunicação do GMF Sistema Socioeducativo.	Construir e manter canal de comunicação do GMF SE .	Qualificar e facilitar a comunicação com a rede e a sociedade.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Executar o Plano "Pena Justa".	Superar o "estado de coisas inconstitucional" do sistema prisional (resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347).	Elaboração do Plano Estadual e cumprimento do plano por 03 (três) anos.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Realizar o Programa de Segurança Medicina do Trabalho.	Elaborar, implementar e gerenciar o Programa de Riscos Ocupacionais (PGR) para cada unidade do PJES Elaborar, implementar e gerenciar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) Realizar exames médicos ocupacionais, pareceres, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador; Transmitir arquivos do e-Social relativos aos dados de Segurança e Saúde do Trabalhador (SST) conforme prazos e exigências legais.	Prestação contínua dos serviços.	32,00%	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 77.443,00	15,49%	R\$ 2.200.000,00	R\$ 701.448,00	31,88%	A empresa informou que não há interesse em prorrogar a vigência.
Executar o Programa "Ofi-Cine".	Suscitar debates, reflexões e questionamentos sobre diversos assuntos relacionados ao mundo do trabalho norteados por algum conteúdo audiovisual que aborde a temática escolhida para cada encontro. Formato híbrido, cabendo ao participante escolher - no ato da inscrição - a forma a qual quer participar dele: online ou presencial.	Prestação contínua dos serviços.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Roda de Conversa".	Disponibilizar espaços de diálogo nos quais os trabalhadores e seus familiares possam trocar experiências, vivências, informações e refletir acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho, ampliando as temáticas abordadas ao trazer temas mais específicos, atuais e referentes a aspectos/problemas cotidianos comuns à sociedade.	Prestação contínua dos serviços.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa de atendimento a magistrados e servidores com deficiência no Poder Judiciário do Espírito Santo.	Promover ações de saúde para magistrados e servidores com deficiência e mobilidade reduzida.	Atendimentos individuais. Orientações quanto a Resolução TJES nº 029/2024. Participação do I Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa de Acompanhamento ao Trabalhador (PAT).	Reduzir o tempo de afastamento dos magistrados e servidores a partir de um acompanhamento multiprofissional.	Elaboração de relatório de licenças médicas. Acompanhamento dos casos encaminhados. Acompanhamento de indicadores de afastamentos. Encaminhamento para equipe técnica de acompanhamento regular.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.

Executar o Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA.	Oferecer espaço para obtenção de informações relacionadas à aposentadoria, de forma a estimular o planejamento desta etapa e contribuir para a qualidade de vida dos magistrados e servidores.	Realização de atendimentos individuais relacionados à demanda de aposentadoria. Realização de capacitação sobre o tema (Escola da Magistratura).	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Executar o Programa de ações de Saúde.	Promover ações voltadas para a prevenção e promoção da saúde bem como para a participação social.	Avaliação de Saúde realizada em conjunto com a EMES com a participação de 67 pessoas (10/10/2024); Divulgação de emails informativos; Campanha de doação de potes de vidro para o Banco de Leite Materno.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Amparar Filhos Menores.	Amparar os filhos menores de pais em situação de violência doméstica e, de forma paralela, contribuir para a desjudicialização de demandas nas varas de família. O objetivo é buscar oportunizar aos interessados que estejam em situação de violência doméstica, otimizando o olhar sobre as questões dos filhos menores, fazendo com que não fiquem desamparados e desassistidos pelo genitor em caso de determinada medida protetiva de afastamento, proibição de contato e aproximação em favor da mulher.	Firmado Termo de Cooperação Técnica como projeto-piloto com a OAB/ES. Apoio de dativos especializados em matérias de mediação para acompanhar as partes. Continuidade do encaminhamento de casos para mediação de família, através de tratamento das questões familiares no âmbito das varas de violência doméstica, por meio da mediação (guarda, convivência e alimentos). Recepção e triagem nas reuniões de acolhimento realizadas na Vara por meio de reclamação pré processual, com a presença da Defensoria Pública e MPES.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Executar o Programa "Concilia ES Digital".	Modernizar e desburocratizar o acesso à justiça, visando resolver conflitos de forma rápida, virtual e eficiente, sem a necessidade de comparecimento físico aos fóruns.	Realização do Programa.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Executar o Programa de Modernização dos modelos de documentos judiciais em linguagem simples e acessível.	Adotar linguagem simples e clara em sentenças, intimações e outros atos judiciais, alinhando-se ao Pacto Nacional do CNJ. A iniciativa visa eliminar o "juridiquês", tornando as decisões compreensíveis ao cidadão comum, facilitando o acesso à justiça.	Realização do Programa.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Executar o Programa "Diretor de Gabinete".	Criar Assistentes de IA focados em agilizar as atividades desempenhadas nos gabinetes.	Realização do Programa.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Executar o Programa "Verificação de Atos de Juízes Leigos".	Otimizar a conferência de projetos de sentenças de Juízes Leigos, por meio de IA.	Realização do Programa.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Executar o Programa "ELO".	Desenvolver ferramenta de IA Generativa para auxiliar nas diligências dos Oficiais de Justiça.	Realização do Programa.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Executar o Programa "Gestor de Secretarias".	Desenvolver ferramentas de IA generativa para os servidores das Secretarias Inteligentes, agilizando a análise de processos no PJE.	Realização do Programa.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será
Executar o Programa/Política Antimanicomial.	Fortalecer a Política Antimanicomial (saúde mental).	Fortalecimento da Política, criação do Comitê Estadual de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA) e fechamento da UCTP (Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico).	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente. será
Executar o Programa "Centrais Integradas de Alternativas Penais do Estado do Espírito Santo (CIAPEs)".	Realizar o Acolhimento e o atendimento das pessoas em cumprimento de alternativas penais após a realização das audiências de custódia, para acompanhamento do cumprimento das medidas cautelares. O trabalho envolve grupos reflexivos para autores de violência contra a mulher; o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão, e as ações de Justiça Restaurativa.	Inauguração das primeiras unidades com recursos da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, os espaços vão funcionar nos municípios de Vitória e Viana.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, realizado continuamente. será

Executar o Programa "Escritório Social".	Centralizar em um único local diversos atendimentos de suporte para pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares. O principal objetivo é facilitar o acesso a serviços especializados em áreas fundamentais como saúde, atendimento psicossocial, além de qualificação e encaminhamento profissional, reduzindo assim, a reincidência criminal.	fortalecimento da Política Penal e ampliação do projeto, inaugurando mais escritórios sociais no Estado.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Identificação civil".	Coletar dados biométricos de pessoas que passam pela audiência de custódia para identificação civil.	Implantação do sistema nos Núcleos de Audiências de custódia.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "JusAcolhimento".	Oferecer acompanhamento multidisciplinar a Magistradas e Servidoras em situação de violência doméstica, visando evitar agravos à saúde. Realizar campanhas de orientação e esclarecimentos sobre violência doméstica direcionadas às magistradas e servidoras do Poder Judiciário; Aplicar o protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de Magistradas e Servidoras (Remendação CNJ nº 102/2021).	1) Lançamento da Campanha para o ano de 2025 no dia 18 de março de 2025; 2) Seminário presencialment "JusAcolhimento: Cuidado e Atenção às Magistradas e Servidoras do Poder Judiciário do ES", realizado no dia 10/06/2025; 3) Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 01/2025 CPS e CGJES, disponibilizado no dia 28/07/2025, que dispõe sobre o procedimento de atuação da Comissão Permanente de Segurança no atendimento a magistradas e servidoras vítimas de violência doméstica, encaminhasdas pelas Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde - CSPS.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Seu Nome Tem Valor".	Facilitar o procedimento de alteração de prenome e gênero de pessoas transgênero, assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, junto aos cartórios de registro civil de pessoas naturais (RCPN) no Estado do Espírito Santo.	1) Publicação do Provimento CGJES nº 16/2025, disponibilizado no dia 24/09/2025, que dispõe sobre a padronização do procedimento e das exigências documentais para a alteração e averbação do prenome e do gênero de pessoa transgênero nos escritórios de registro civil das pessoas naturais (RCPN) no Estado do Espírito Santo. 2) Lançamento do Projeto no dia 20/10/2025, com assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre a CGJES, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e SINOREG/ES. 3) Divulgação de cartilha com as informações para o público-alvo.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Bem-Conviver".	Desenvolver ações semanais de comunicação dirigidas, por diversos canais, aos integrantes do Poder Judiciário capixaba, com o objetivo de promover a sensibilização de magistrados, servidores, estagiários e demais colaboradores do TJES para a construção de um ambiente de trabalho com mais atenção nas relações interpessoais, ampliando diálogos e aprimorando a comunicação por meio de atitudes gentis e cordiais durante a convivência e relacionamentos diários.	1) Lançamento da Campanha Bem-Conviver no dia 27/02/2025; 2) Divulgação de Cards semanais para todos os colaboradores do PJES no período de abril a agosto de 2025.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Incentivo à Meta Nacional 3".	Auxiliar as unidades judiciárias, com a realização de audiências de conciliação em todo o ES.	Ofício circular a todas as Unidades Judiciárias do Estado, resultando em 41 solicitações de pauta concentrada. Em 2025, 39 unidades judiciárias foram atendidas. Durante os eventos, foram realizados cerca de 9.810 atendimentos e R\$ 14 milhões em acordos, realizando 2.267 sessões em todo o Estado, com média de 70% de acordos em família e 40% na área cível.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-
Executar o Programa "Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha".	Divulgar a Lei Maria da Penha e atendimentos na área de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Rodas de conversa e concessão de MPU's em casos de urgência, trabalhando com a inclusão de mulheres PCD's. O Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha atendeu por 57 dias a municípios do interior.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Palestras sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Escolas".	Realizar 18 palestras a jovens adolescentes em diversos municípios do estado, sobre o que é violência doméstica e familiar contra a mulher/meninas.	Cerca de 2000 jovens (Ensino Fundamental e Ensino Médio) foram alcançados pelas palestras.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.

Executar o Programa "Palestras sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Centros POP".	Realizar Palestras para oferecer conhecimento a homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social que estão abrigados nos Centros POP.	As palestras nestes locais visam levar conhecimento sobre a Lei Maria da Penha como forma de conscientização e prevenção, da violência doméstica e familiar contra a mulher à população em situação de vulnerabilidade.	Em execução	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Palestras sobre violência doméstica e Familiar contra a Mulher – Atendimento a Diversos Órgãos, Empresas e Municípios.	Realizar Palestras para oferecer conhecimento a homens e mulheres sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.	Divulgação da Lei Maria da Penha à sociedade em geral como forma de conscientização, com fins de divulgar o que é violência.	Em execução	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa" Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha".	Divulgar a Lei Maria da Penha e atendimentos na área de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Rodas de conversa e concessão de MPU's em casos de urgência, trabalhando com a inclusão de mulheres PCD's .O Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha atendeu por 38 dias a municípios do interior.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	
Executar o Programa "Acessibilidade de Inclusão".	Desenvolver o Programa de Acessibilidade e Inclusão do TJES, bem como o atendimento a Portaria CNJ nº 88/2020.	Desenvolver as ações 1 a 17 abaixo detalhadas.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
AÇÃO 1 – Disponibilizar cordão girassol para magistradas(os) servidoras(es) e estagiárias(os) com deficiência oculta.	1) Atender aos dispositivos da Resolução CNJ 401/2021, Resolução TJES 034/2019 e Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal nº 13.146/2015). 2) Identificar pessoas com deficiências ocultas... (uso opcional: conscientização; respeito a direitos; combate à discriminação). 3) Verificar com gestores de contratos de trabalhadores terceirizados a inclusão dessa prerrogativa.	1) Oferecer o cordão girassol a todas(os) com deficiência oculta; 2) Disponibilizar o cordão girassol para pelo menos 50% dos que requererem; 3) Incluir a disponibilização do cordão como ação permanente (Ato Normativo nº 140/2022).	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Cordões adquiridos, minuta de resolução construída, aguarda publicação de normativa. Processo 70085058520258080 000.
AÇÃO 2 – Disponibilizar crachá institucional para magistradas(os) servidoras(es) e estagiárias(os) com deficiência.	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Disponibilizar crachá com símbolo universal da acessibilidade (conscientização, respeito, atendimento prioritário, combate à discriminação). 3) Verificar com gestores de contratos de terceirizados; 4) Ampla divulgação nos canais do PJES.	1) Oferecer o crachá a todas(os) com deficiência (ref. recadastramento 2024: Estagiários 08; Servidores 110; Magistrados 08); 2) Disponibilizar a 50% dos requerentes à Comissão; 3) Tornar ação permanente (Ato Normativo nº 140/2022).	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Crachás adquiridos, layout elaborado. Aguarda publicação de normativa.
AÇÃO 3 – Atualizar o cadastro de pessoas com deficiência no PJES (Res. CNJ 401/2021).	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Atualizar cadastro e orientar sobre avaliação biopsicossocial unificada (art. 13, §1º, Res 401/2021; IPAJM/INSS).	1) Orientar/sensibilizar 100% (ref. recadastramento 2024: Estagiários 08; Servidores 110; Magistrados 08) para avaliação no IPAJM; 2) Aumentar em 50% as avaliações vs. 2024; 3) Orientar comissionados/terceirizados para avaliação no INSS; 4) Lançar cartilha de orientação (IPAJM/INSS).	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 4 – Estudar a demanda para aquisição de tecnologia assistiva.	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Estudar necessidade de tecnologias assistivas (leitor de tela, legendas, apps, abafadores etc.). 3) Ampliar a divulgação da ação.	1) Identificar público que demanda tecnologia assistiva (recadastramento 2024/pesquisa); 2) Classificar tipos necessários; 3) Estimar custos.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 5 – Reservar vagas de estágio para pessoas com deficiência (Res. CNJ 401/2021).	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Garantir reserva de vagas e inclusão desde a inserção profissional.	1) Criar cadastro de candidatos; 2) Criar protocolo de orientação para inclusão e acessibilidade do estagiário com deficiência.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 6 – Acolher novos(as) servidores(as) e estagiários(as) com deficiência.	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Acolher servidores e estagiários nas demandas de inclusão/acessibilidade; 3) Acompanhar as atividades laborais.	1) Protocolo multidisciplinar (CSPS) para ingressantes com deficiência; 2) Protocolo (STI) para solicitação de tecnologia assistiva personalizada.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Não houve mudanças no escopo.
AÇÃO 7 – Realizar a Semana da Acessibilidade, Inclusão e Linguagem Simplificada.	Realizar Palestras em 11/04/2025 (13h–16h, Salão Pleno TJES) com Dr. Márcio Cruz (TRT-2) e Des. Jorge Henrique Valle dos Santos; transmissão on-line (YouTube TJES).	1) Público presencial de 100 pessoas; 2) Transmissão on-line com gravação e acesso público.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.

AÇÃO 8 – Realizar o Curso remoto: Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência.	Realizar Curso remoto em 14, 15, 16, 22 e 23/04/2025 (8h–11h30), por videoconferência; palestrantes: Dr. Márcio Cruz; Dr. Fernando Gaburri; Dra. Nataly Evelin Konno Rocholl.	Capacitar pelo menos 50 pessoas (servidores, magistrados e terceirizados).	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 9 – Realizar Ações para o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09/25) e Setembro Verde.	Promover ações referentes ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e à campanha Setembro Verde.	Palestra no Salão Pleno com representante do Comitê Nacional (CNU); transmissão on-line; Oficina híbrida (presencial 40 / remoto 60); iluminação do TJES em verde; campanhas educativas.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 10 – Realizar Ações pelos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão (06/06/2015).	Realizar ações pelos 10 anos da LB (Lei 13.146/2015).	Matéria no site; lançamento do Cordão Girassol e do crachá de identificação; vídeo no YouTube com participação de PCD do PJES/Lançamento do Projeto de atendimentos aos servidores com deficiência.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 11 – Desenvolver Campanhas ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso.	Elaborar 01 campanha de sensibilização sobre ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso.	Podcast just-talk; 02 vídeos (site/YouTube TJES) com participação de PCD do PJES; Treinamentos (Libras; antipacitismo; letramento inicial).	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 12 – Treinar a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.	Treinar e qualificar a comunicação do TJES (referência: Carta de Brasília; Res. 401/2021; NBR 17225).	Treinar 100% dos servidores e estagiários da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 13 – Desenvolver Projeto de Linguagem Simples: Varas de Família.	Formar e promover linguagem simples em documentos e decisões nas Varas de Família.	01 formação (híbrida); 01 representante por Vara; propor 01 modelo de documento e 01 referencial de decisão em Linguagem Simples; ODS 16.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 14 – Estudar a ampliação da atuação do TILS (Tradutor Interpret de Linguagem de Sinais).	Oferecer cargo específico de TILS (formação na área do Direito) para ações/projetos/formação continuada e atendimento processual; ampliar acesso da população surda.	Estudar criação do cargo; levantamento em outros Tribunais; levantamento da demanda no PJES.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 15 – Realizar Evento artístico (03/12): feira, palestra sobre mercado de trabalho e empreendedorismo.	Promover Pessoa com deficiência inseridas no universo artístico e no empreendedorismo; fortalecer compromisso com acessibilidade e inclusão.	Evento artístico com Pessoa com deficiência; fomentar visibilidade do empreendedorismo.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 16 – Participar de eventos do CNU (acessibilidade/direitos).	Qualificar ações da Comissão com participação em eventos do CNU; reproduzir práticas exitosas de outros tribunais.	Garantir representação do TJES em todos os eventos do CNU relacionados ao tema.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
AÇÃO 17 – Revisar a Política de Acessibilidade e Inclusão do PJES (Res. TJES 034/2019).	Revisar a Política de Acessibilidade e Inclusão (Res. 034/2019) conforme legislações nacionais e internacionais.	Verificar a necessidade de revisão a partir de estudos e atualizações normativas.	Ciclo Anual Encerrado.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Finalizado.
Executar o Programa "Meu Pai É Legal".	Promover o reconhecimento voluntário de paternidade.	Assegurar aos pais o reconhecimento voluntário de paternidade de crianças e adolescentes.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Entrega Voluntária".	Dispor sobre os procedimentos de atendimento nos serviços da rede de atenção e cuidado materno-infantil, encaminhamentos ao Poder Judiciário e intervenção quando gestantes ou genitoras manifestarem interesse em entregar espontaneamente seu filho recém-nascido ou aderir expressamente ao pedido de colocação em família substituta na modalidade de adoção.	Garantir o atendimento dos direitos da mulher e da criança e do adolescente.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Programa "Audiências Concentradas".	Instituir a metodologia de realização de audiências concentradas socioeducativas, nos casos das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nas Varas da Infância e Juventude com competência para execução das medidas socioeducativas que impliquem em privação de liberdade.	Promover os princípios de brevidade, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, mínima intervenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Monitoramento das inspeções judiciais nos meios fechado e aberto do sistema socioeducativo".	Dar efetividade à Resolução CNU nº 77/2009.	Garantir o melhor interesse do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.

Executar o Programa "Monitoramento do uso das salas estruturadas de depoimento especial e designação de entrevistadores forenses".	Dar efetividade à Resolução CNU nº 299/2019 e a lei nº 13.431/2017.	Assegurar o atendimento adequado a criança e adolescente vítima de violência.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Fazendo Justiça".	Realizar a Identificação Civil e Emissão de Documentos para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Assegurar documentos civis básicos diante da vulnerabilidade de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, impactando o seu acesso às políticas públicas e dificultando sua reintegração social.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa Nacional Permanente "Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos e a Egressos de Unidades de Acolhimento – Programa Novos Caminhos/CNI".	Dar efetividade à Resolução CNU nº 543/2024 no âmbito do estado.	Viabilizar a empregabilidade dos(as) jovens acolhidos(as) institucionalmente, no âmbito territorial de jurisdição de cada Tribunal, por meio de capacitação e da articulação com outros órgãos públicos, empresas, empresários e instituições da sociedade civil.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
Executar o Programa "Monitoramento de Entrada e Saída de Adolescentes das Unidades do Sistema Socioeducativo e Supervisionar o Preenchimento do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL) ou outro Sistema Eletrônico.	Dar efetividade ao direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Assegurar o direito dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Em execução.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Programa permanente, será realizado continuamente.
				R\$ 56.788.727,00	R\$ 84.519.532,97	R\$ 68.678.641,57	81,26%	R\$ 285.860.591,96	R\$ 57.718.159,46	20,19%	

Projetos Inicialmente Planejados e Não Realizados - Ano 2025

Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Progresso Físico do Projeto/Ação/Programa (% de execução ou marcos)	Orçamento Inicial 2025 (se houver)	Orçamento Final 2025 (se houver)	Despesa Realizada 2025 (se houver)	Execução Orçamentária 2025 (se houver)	Custo Total do Projeto/Ação/Programa (se houver)	Despesa Realizada até 31/12/2025 (se houver)	Progressos Financeiro do Projeto/Ação?Programa (% execução , se houver)	Observação
Iluminar o Jardim do TJ.	Iluminar a fachada e o jardim do Prédio Sede do TJES.	Iluminação Realizada.	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 205.515,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Reforçar a Estrutura do Fórum da Comarca de Baixo Guandú.	Realizar o reforço de estrutura do Fórum da Comarca de Baixo Guandú.	Estrutura Reforçada.	0,00%	R\$ 1.145.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Reformar a Estrutura do Fórum da Comarca de Vargem Alta.	Realizar o reforço de estrutura do Fórum da Comarca de Vargem Alta.	Estrutura Reforçada.	0,00%	R\$ 810.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Cobrir o Fórum da Comarca de Baixo Guandú com Policarbonato.	Realizar a cobertura do Fórum da Comarca de Baixo Guandú.	Cobertura Realizada.	0,00%	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Reformar o edifício Sede do TJES (Reforma Geral).	Realizar a reforma geral do prédio Sede do TJES.	Reforma Realizada.	0,00%	R\$ 2.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Adquirir Veículo.	Adquirir 01 (um) veículo do tipo caminhão leve.	Entrega do Caminhão.	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 310.000,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Adquirir peças de manutenção e equipamentos de substituição para manutenção corretiva nos Sistemas de Segurança do PJES.	Fornecer pelas e equipamentos de infraestrutura de CFTV de forma contínua.	Aquisição e Fornecimento das peças.	0,00%	R\$ 100.000,00	R\$ 331.989,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Contratar soluções em Inteligência Artificial (IA).	Implantar soluções de IA no TJES.	Implantação das Soluções.	0,00%	R\$ 1.000.000,00	R\$ 123.200,50	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Adquirir Software de solicitações diversas.	Introduzir novos sotwares para diversas solicitações.	Atendimento das Solicitações.	0,00%	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Adquirir Webcam, headset e similares.	Adquirir material de apoio às atividades jurisdicionais.	Entrega do Material.	0,00%	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Higienizar Acervo (Fóruns Eventuais).	Limpar o acervo processual.	Higienização Realizada.	0,00%	R\$ 230.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Contratar Consultoria em Gestão de Pessoas.	Estabelecer métodos de trabalho e gestão por competência.	Contratação da Consultoria.	0,00%	R\$ 160.352,00	R\$ 160.352,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Contratar serviços administrativos.	Terceirizar algumas atividades meio.	Contratação Realizada.	0,00%	R\$ 2.000.000,00	R\$ 264.378,32	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Adquirir carteira funcional.	Fornecer carteiras funcionais aos Magistrados e Servidores.	Aquisição e Fornecimento realizados.	0,00%	R\$ 46.200,00	R\$ 46.200,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
				R\$ 8.691.552,00	R\$ 1.441.634,82	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00		
TOTAL GERAL				R\$ 65.480.279,00	R\$ 85.961.167,79	R\$ 68.678.641,57	79,89%	R\$ 285.860.591,96	R\$ 57.718.159,46	20,19%	

* Financiamento Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para custear projetos de modernização do PJES (detalhamento do item descrito como projeto "Custear Projetos de Modernização do PJES - Financiamento Externo junto ao BID)".

Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Progresso Físico do Projeto/Ação/Programa (% de execução ou marcos)	Orçamento Inicial 2025 (se houver)	Orçamento Final 2025 (se houver)	Despesa Realizada em 2025 (se houver)	% Execução Orçamentária 2025 (se houver)	Custo Total do Projeto/Ação/Programa (se houver)	Despesa Realizada até 31/12/2025 (se houver)	Progressos Financeiro do Projeto/Ação?Programa (% execução , se houver)	Observação
Adquirir equipamentos e Contratar serviços de Tecnologia da Informação adequados às estratégias definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	Modernizar a infraestrutura tecnológica do Poder Judiciário.	Aquisição de 1000 computadores e 170 Câmeras para salas de audiência.	80% aquisição dos computadores; 100% aquisição das Câmeras.	0,00	R\$ 9.731.330,06	7.261.902,00	74,62%	R\$ 7.300.000,00	R\$ 7.261.902,00	99,48%	-
Realizar Levantamento das necessidades da infraestrutura de rede e conectividade do TJES.	Modernizar, padronizar e assegurar a confiabilidade da infraestrutura de tecnologia da informação, criando bases sólidas para a transformação digital e para a melhoria contínua da prestação jurisdicional (cabearmento estruturado).	Contratação do serviço para realização do cabearmento com a aquisição dos insumos necessários.	80% de execução da primeira fase de cabearmento.	1.184.194,07	3.908.152,00	3.189.200,00	81,60%	20.300.000,00	3.189.200,00	15,71%	-
Revisar a Arquitetura de Governança Institucional e Gestão dos Macroprocessos do TJES para a transformação digital.	Assegurar coerência institucional, eficiência e sustentabilidade das mudanças geradas pela transformação digital. Reorganizar a forma como o Tribunal decide, prioriza, executa e monitora suas atividades, alinhando governança, processos e tecnologia.	Diagnóstico da Governança Atual; Revisão da Arquitetura de Governança; Mapeamento e Redesenho dos Macroprocessos; Plano de Implementação; Capacitação e Transferência de Conhecimento.	0,00%	971.706,93	R\$ 310.097,99	R\$ 310.097,99	100,00%	6.600.000,00	310.097,99	4,70%	O empenho da despesa será anulado no início do ano de 2026.
Migrar os serviços para provedor em nuvem.	Realizar estudo do ambiente tecnológico do TJES e apresentar soluções de mercado para aprimoramento das soluções em nuvem já utilizadas.	Diagnóstico sobre o ambiente tecnológico do TJES e relatório explicativo sobre as melhores soluções identificadas.	Execução de 60% da consultoria responsável pelos TdR da contratação.	323.000,00	R\$ 433.720,10	36.956,61	8,52%	347.000,00	36.956,61	10,65%	-
Institucionalizar a comunicação institucional interna e externa aperfeiçoada e acessível.	Estruturar, sistematizar e profissionalizar os fluxos de comunicação, garantindo transparência, alinhamento estratégico, padronização da identidade institucional e fortalecimento da confiança da sociedade no Poder Judiciário.	Diagnóstico da comunicação do PJES; Política de Comunicação do PJES; Plano de Comunicação PJES.	0,00%	51.660,00	48.281,44	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Inserir Ponto de Inclusão Digital (PID).	Ampliar o acesso da população aos serviços jurisdicionais por meio de infraestrutura tecnológica assistida, promovendo inclusão digital, acesso à justiça e redução das desigualdades no atendimento judicial.	Estruturação de 30 Pontos de Inclusão.	0,00%	1.150.000,00	1.034.600,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Estruturar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC.	Dotar os CEJUSCs de mobiliário e equipamentos adequados ao espaço de mediação, tornando-o mais acolhedor e propício ao diálogo e à conciliação.	Compra de mobiliário e equipamentos.	0,00%	144.198,00	93.034,56	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Instalar soluções tecnológicas em cibersegurança.	Proteger ativos de informação, sistemas judiciais e dados sensíveis contra ameaças cibernéticas, assegurando a continuidade dos serviços jurisdicionais, a integridade das decisões judiciais e a confiança da sociedade no Poder Judiciário.	Diagnóstico de maturidade em cibersegurança; Fornecimento e implantação das soluções tecnológicas; Integração com infraestrutura existente; Configuração e hardening de ambientes; Elaboração ou atualização de políticas e normas de segurança; Implantação de plano de resposta a incidentes; Treinamento das equipes técnicas.	0,00%	2.236.490,00	2.131.185,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Instalar Soluções tecnológicas em Cibersegurança.	Proteger os endpoints (computadores e notebooks de magistrados, servidores e colaboradores) contra ameaças cibernéticas sofisticadas, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações institucionais e dos sistemas judiciais.	Serviço de proteção contratado.	0,00%	683.220,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar o Programa de educação em Cibersegurança.	Instituir um programa estruturado de educação em cibersegurança para capacitar permanentemente os usuários, uma vez que a maioria dos incidentes de segurança da informação tem como vetor inicial o fator humano — seja por phishing, engenharia social, uso inadequado de credenciais ou falhas operacionais.	Instituição do Programa de Educação em Cibersegurança.	0,00%	180.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.

Realizar pesquisa de satisfação do usuário do sistema de justiça para identificar os principais problemas.	Mensurar a percepção dos públicos atendidos, identificar gargalos estruturais e operacionais e subsidiar decisões estratégicas voltadas à melhoria contínua dos serviços jurisdicionais.	Relatório analítico com identificação dos principais problemas; Diagnóstico claro dos principais pontos críticos do sistema de justiça; Identificação de demandas latentes dos usuários; Melhoria da experiência do jurisdicionado; Orientação de políticas públicas internas.	0,00%	25.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Oferecer dispositivos móveis para serviços aos usuários do TJES.	Desenvolver, implantar e sustentar aplicativo móvel institucional do TJES, destinado a magistrados, servidores, advogados, partes e cidadãos, com oferta de serviços judiciais e administrativos por meio de smartphones e tablets (Android e iOS).	Aplicativo nativo ou híbrido para Android e iOS.	0,00%	51.750,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar sistema de chatbot multicanal para o cidadão (WhatsApp, site e afins) – Justiça 24 horas, incluindo atendimento, ouvidoria, notificação, citação e intimação.	Desenvolver Sistema de Chatbot Multicanal – Justiça 24 Horas como estratégia de transformação digital e ampliação do acesso à Justiça, permitindo atendimento automatizado e integrado ao cidadão por múltiplos canais (WhatsApp, portal institucional, aplicativo, entre outros), com funcionalidades que vão além de simples atendimento informativo, alcançando atos formais de comunicação processual, quando juridicamente viável.	Desenvolvimento da Plataforma de Chatbot Multicanal.	0,00%	605.000,00	605.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar obras de adequação dos principais imóveis baseadas no plano de acessibilidade.	Tornar as dependências de unidades do Poder Judiciário acessíveis a pessoas com deficiência a fim de garantir e ampliar o pleno acesso à justiça.	11 unidades adaptadas para garantir as normas internacionais de acessibilidade.	0,00%	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar dispositivos, sistema e meios de comunicação para o acesso das pessoas com deficiência.	Contratar empresa especializada para diagnosticar, planejar, propor e apoiar a implementação de políticas, diretrizes e soluções técnicas que garantam acessibilidade plena às pessoas com deficiência, no âmbito dos dispositivos tecnológicos (computadores, terminais de autoatendimento, totens, aplicativos); sistemas judiciais e administrativos; portais e sites eletrônicos; canais de comunicação institucional; ambientes físicos integrados à tecnologia.	Elaboração do Plano de Acessibilidade Digital.	0,00%	400.000,00	769.471,10	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Desenvolver soluções de aperfeiçoamento do acesso e accountability do serviço de justiça.	Desenvolver soluções de aperfeiçoamento do acesso e accountability do serviço de justiça.	Portal de serviços judiciais simplificado; Painel público de acompanhamento processual com linguagem cidadão; Plataforma de acompanhamento de metas e produtividade; Ferramentas de autoatendimento inteligente; Central digital integrada de serviços.	0,00%	898.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Contratar consultoria especializada em Accountability de Instituições Públicas, com ênfase no Poder Judiciário, e capacitação para sua implementação.	Conceber, desenvolver e implantar soluções tecnológicas e metodológicas que ampliem o acesso à Justiça e fortaleçam os mecanismos de transparência, monitoramento e responsabilização institucional (accountability) a fim de elevar a confiança no Judiciário.	Diagnóstico Institucional; Painéis de Transparência e Accountability; Modelo de Governança e Monitoramento; Simplificação da Linguagem Jurídica.	0,00%	850.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Contratar fábrica de software para o desenvolvimento do Portal do TJES.	Desenvolver um portal moderno, responsivo e centrado no usuário, que substitua estruturas fragmentadas ou tecnicamente defasadas.	Novo Portal do TJES.	0,00%	150.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Desenvolver ações para otimização de resposta a casos de justiça climática.	Fortalecer o Poder Judiciário para lidar com litígios ambientais complexos, eventos climáticos extremos e conflitos socioambientais crescentes.	Aplicação de metodologias, fluxos e instrumentos que permitam decisões mais técnicas, céleres e fundamentadas e/ou mecanismos que favoreçam soluções consensuais em casos de justiça climática.	0,00%	200.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.

Estabelecer política de capacitação permanente de magistrados e servidores em temas relacionados às questões de gênero, raça ou etnia por meio das escolas de magistratura.	Capacitar magistrados e servidores em temas relacionados às questões de gênero, raça ou etnia.	05 ciclos de capacitação.	0,00%	70.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Instituir questionário de revitimização das mulheres (CNI).	Desenvolver um questionário adequado quando do atendimento às mulheres vítimas de violência para evitar a revitimização quando a mulher, ao buscar proteção do Estado, sofre novos constrangimentos, descrédito, exposição indevida ou repetição desnecessária de relatos traumáticos. Ao mesmo tempo, permitir melhor diagnóstico, monitoramento e aprimoramento institucional das medidas a serem adotadas para o enfrentamento à violência doméstica.	Questionário elaborado e equipes capacitadas.	0,00%	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Integrar a Solução do NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) com o PJe para mediação de conflitos.	Garantir que o trâmite e a realização de conciliações e mediações sejam realizadas diretamente no Processo Judicial Eletrônico, evitando retrabalho na inserção de informações e permitindo a visualização de todo o processo em um único sistema.	Módulo de Conciliação integrado ao PJe.	0,00%	60.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar a Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação (TI), com a implantação de boas práticas de Governança em TI.	Elaborar Plano de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI) e apoio técnico à sua implementação, com vistas a estruturar, fortalecer e institucionalizar as práticas de governança de TI da organização, assegurando o alinhamento estratégico entre a Tecnologia da Informação e os objetivos institucionais.	Plano de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI) e apoio técnico à sua implementação.	0,00%	462.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Institucionalizar a Sistemática de Controle interno para melhoria da auditoria interna.	Estruturar, fortalecer e institucionalizar a função de auditoria interna, por meio da elaboração de um Plano Sistemático de Auditoria e da capacitação dos servidores responsáveis por sua execução, assegurando que o controle seja contínuo, eficiente e alinhado às melhores práticas de governança pública.	Mapeamento dos processos organizacionais e dos controles existentes; Avaliação do grau de maturidade do controle interno e da função de auditoria; Identificação de fragilidades, riscos relevantes e oportunidades de melhoria; Relatório diagnóstico com achados, análises e recomendações estruturantes.	0,00%	285.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar o Modelo de Gestão de Pessoas por competências, com a revisão dos processos de gestão de pessoas e a implantação de gestão por competência e novo Plano de Cargos.	Alinhar a força de trabalho à estratégia institucional, aumentar a eficiência organizacional e modernizar a política de desenvolvimento e valorização dos servidores.	Definição do modelo de gestão de pessoas por competências e elaboração de um novo plano de cargos e salários.	0,00%	804.031,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Elaborar Plano de gestão da mudança.	Assegurar que transformações organizacionais sejam efetivamente compreendidas, aceitas e incorporadas pelas pessoas, reduzindo resistências, riscos operacionais e perdas de desempenho ao longo do processo de mudança.	Diagnóstico de Mudança e Mapeamento de Impactos; Plano de Gestão da Mudança; Estratégia e Plano de Comunicação da Mudança; Engajamento e Atuação com Lideranças.	0,00%	400.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Desenvolver ações de Capacitação para mudança.	Comunicar e capacitar o conjunto de atores do sistema de justiça sobre as mudanças realizadas durante o processo de transformação digital do Poder Judiciário.	Realizar 5 seminários regionalizados sobre as mudanças em curso.	0,00%	96.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI).	Estabelecer normas e protocolos de prevenção de incidentes cibernéticos e de gerenciamento de crises geradas por ilícitos cibernéticos.	Normatização de protocolos de segurança cibernética.	0,00%	219.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar o Sistema de Gestão da Continuidade dos Serviços de TI (SGCSTI).	Elaboração do Plano de Continuidade dos serviços judiciais e de recuperação de desastres cibernéticos.	Plano de Continuidade estabelecido.	0,00%	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.

Implantar as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.	Garantir que a Lei Geral de Proteção de Dados seja adequadamente cumprida por servidores e magistrados do PJE.	Capacitação de servidores e magistrados na Lei Geral de Proteção de Dados.	0,00%	4.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Instalar Centro de Operações em Segurança (SOC).	Elevar o nível de maturidade em segurança da informação e cibersegurança; Atuar de forma preventiva, detectiva e reativa frente a incidentes cibernéticos; Centralizar o monitoramento e a gestão de eventos de segurança, proporcionando visão integrada do ambiente tecnológico; Reduzir riscos operacionais, legais e reputacionais associados a ataques cibernéticos; Apoiar a governança de TIC, em conformidade com boas práticas, normas e exigências de órgãos de controle.	Estruturação de um serviço de Monitoramento contínuo da segurança da informação do TJES.	0,00%	1.090.000,00	618.952,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Integrar os processos administrativos e a cadeia de valor da Instituição por meio de solução de Planejamento de Recursos Empresariais (ERP) ou da integração de sistemas administrativos.	Promover eficiência, padronização, transparência e governança integrada da gestão administrativa.	Sistema de ERP implantado.	0,00%	155.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Adquirir e implantar plataforma ferramentas de Business Intelligence (BI) para implementação dos projetos de transformação e utilização de dados.	Estruturar a gestão orientada por dados, viabilizando análise integrada, geração de indicadores estratégicos e suporte qualificado à tomada de decisão institucional.	Arquitetura de dados e BI definida;Implantação da plataforma tecnológica;Desenvolvimento de painéis estratégicos e operacionais;	0,00%	1.925.000,00	1.011.425,75	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar o Plano de Arquitetura Corporativa do TJES, incluindo o mapeamento e o planejamento futuro para os processos de negócio, sistemas de informação e dados, e infraestrutura de TIC.	Estruturar, organizar e alinhar estrategicamente os processos de negócio, sistemas de informação e dados e infraestrutura de TIC, garantindo coerência tecnológica, eficiência operacional e sustentabilidade da transformação digital institucional.	Diagnóstico da arquitetura atual (AS-IS);Mapeamento da cadeia de valor institucional;Inventário de sistemas e infraestrutura;Modelo de arquitetura futura (TO-BE).	0,00%	208.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Implantar a metodologia de Desenvolvimento de Software.	Estruturar, padronizar e profissionalizar o ciclo de vida de desenvolvimento de sistemas, assegurando qualidade, previsibilidade, governança e alinhamento estratégico das soluções tecnológicas.	Diagnóstico de maturidade atual; Modelo metodológico definido e formalizado;Guia ou manual institucional de desenvolvimento;Plano de adoção gradual.	0,00%	9.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Desenvolver soluções de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.	Assegurar capacidade técnica contínua, especializada e escalável para desenvolver, evoluir e sustentar soluções tecnológicas voltadas ao aprimoramento da prestação jurisdicional.	Sistemas e módulos do Pje entregues por sprint; Integrações implementadas; Transferência de conhecimento à equipe interna.	0,00%	1.703.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Substituir as Lâmpadas fluorescentes por Lâmpadas LED.	Promover eficiência energética, redução de custos operacionais, sustentabilidade ambiental e melhoria da qualidade da iluminação nas unidades do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.	Fornecimento de lâmpadas e, se necessário, luminárias compatíveis.	0,00%	191.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
Monitorar e avaliar.	Realizar contratações de empresas de auditoria externa e de avaliação do programa atendendo à obrigação contratual.	Relatórios de Auditoria Externa e Relatórios de Avaliação.	0,00%	710.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	Projeto Não Realizado/Adiado.
				20.695.250,00	20.695.250,00	10.798.156,60	52,18%	34.547.000,00	10.798.156,60	31,26%	